

Dora Kramer*

O precipitado descarte de Tarcísio

Alguma coisa não está batendo bem nesse descarte de Tarcísio de Freitas (Republicanos) como candidato à Presidência. O movimento parte dos filhos de Jair Bolsonaro (PL), não tem o apoio de Michelle e é encampado pelo presidente do PP, mas dos outros partidos de oposição não se ouviu até agora um pio a respeito.

Ou bem os adversários do presidente Luiz Inácio da Silva já entregaram os pontos, dando a reeleição como certa, ou há lances mais espertos a serem jogados que por ora fogem à percepção.

Uma terceira hipótese, bastante plausível, é a de estarmos diante de mais uma grossa trapalhada bem ao gosto dos herdeiros do ex-presidente. O cenário atual não os favorece.

De um lado, o governador do estado mais importante e maior colégio eleitoral do país, apontado nas pesquisas como dono de potencial para derrotar Lula. De outro, Bolsonaro preso e, ao que se diz, debilitado, e seus filhos: Flávio (PL), o pretendente a presidente mais rejeitado; e Eduardo, cassado e abandonado por Donald Trump em seu autoexílio nos Estados Unidos.

Por mais que Tarcísio de Freitas tenha sido criatura da lavra de “seu Jair”, isso já faz quatro anos. Muita água rolou por debaixo da ponte do bolsonarismo, sendo toda ela turvada pela lama do negacionismo na pandemia e pelos crimes da trama golpista.

A reeleição de Lula não é fava contada. Seus oponentes aparecem todos na pesquisa do instituto Quaest com índices acima de 30% nas simulações de segundo turno, o que projeta um ambiente de todos contra o petista na batalha final.

Mesmo bem colocado, Flávio tem problemas. A rejeição sempre pode ser revertida, mas a persona moderada do filho não convence o centro e contraria o extremismo mau comportado que fez o sucesso do pai.

Francamente, não dá para entender que vantagem a direita levaria ao abraçar uma candidatura duvidosa à Presidência, perder uma vaga certa no Senado pelo Rio de Janeiro e ainda empurrar Tarcísio, seu maior ativo eleitoral, para fora da área de influência do clã.

*Jornalista e comentarista de política

Alexandre Garcia

Soberania relativa

Soberania entrou na Pauta e tem sido evocada agora com a captura de Maduro e antes com a Magnitsky em Moraes. Por um longo período defendíamos que o povo é que é soberano. Nota do governo Lula diz que a captura de Maduro foi “uma afronta gravíssima à soberania da Venezuela.” Lula, no meio do primeiro ano do atual mandato, afirmou, sobre eleições na Venezuela e defendendo Maduro, que “o conceito de democracia é relativo”. Ora, quando há democracia relativa, soberania é igualmente relativa. Quem está desesperado com perigo em sua casa, não se importa que o vizinho entre para aliviar o perigo. Entre a soberania nacional e uma ditadura que censura, sequestra, tortura e mata, tira as liberdades, frauda eleição e é narcotraficante - qual é a opção?

Além disso, de quem é a soberania? Do estado? Da nação? Uma nação é o povo. O estado é um governo, que só existe para servir ao povo. Assim, a soberania é do povo, que é o soberano. Se o povo não pode fazer oposição, não tem liberdade de expressão, nem de escolha, então não tem soberania. Nesse caso, a soberania foi sequestrada por um estado opressor. E o regime deixa de ser democracia. Em democracia, a soberania é do povo. Não de um estado opressor, injusto e bandido. Maduro era um ditador típico de república bananeira. Os Estados Unidos conviveram com muitos desses, mas eles não chamavam o Irã, a Rússia e a China - nem tinham cubanos em postos-chave da segurança do país. Os Estados Unidos já têm Cuba a 170km de Key West; não aceitam Venezuela chinesa no sul do Caribe, sustentando outras ditaduras com seu petróleo.

O Brasil não defendeu a soberania da Guiana quando Maduro anexou Essequibo no mapa da Venezuela. Nem ligou para a soberania do Uruguai quando cercou Montevi-

déu para tirar o presidente blanco Atanasio Aguirre e entronizar o colorado Venancio Flores. Só quem protestou foi Solano Lopez - e essa foi uma das causas da Guerra do Paraguai. O governo Lula não se importou com a soberania nacional quando Evo Morales ocupou as dependências da Petrobras na Bolívia, nem enquanto partes do território, inclusive amazônico, foram sendo ocupadas pelo PCC e pelo Comando Vermelho. Quem condena a prisão de Maduro, por ordem de um juiz federal americano, defende a opção de manter um ditador narcotraficante; defende a legitimidade de uma fraude explícita na eleição venezuelana.

Cumprida a ordem judicial, o governo americano engole o paradoxo de manter como interlocutora a vice-presidente Delcy Rodriguez, oriunda da mesma eleição fraudada em que Maduro se proclamou vencedor. O irmão dela, Jorge Rodrigues é o Presidente da Assembleia Nacional e ambos têm controle sobre as forças armadas, o controle político e dos postos de estado preenchidos por bolivarianos fiéis. Trump opta pelo realismo. Delcy anunciou caça aos que apoiaram a captura de Maduro e ainda não há calmaria para convocar eleição tendo Maria Corina como candidata, nem é oportunidade de submetê-la a um desafio desgastante. As forças armadas, aliás, enfraquecidas pela ideologia, demonstraram não ter capacidade de garantir a soberania. Seu comandante supremo foi levado sem baixas dos captores. Um país sem força militar dissuasória só é capaz de ter a soberania relativa da saliva. Maduro temia isso; sua segurança era de cubanos. Que também fracassaram.

A Venezuela nos mostra que ter abundante riqueza natural não basta. Com socialismo e ditadura não há petróleo que dê bem-estar e liberdade. E mostra também que fraude em eleição é fraude na democracia.

EDITORIAL

Teocracia do Irã está em xeque?

Os protestos no Irã têm se afirmado como um retrato eloquente do desgaste progressivo do regime político instaurado após a Revolução Islâmica de 1979. Embora o sistema teocrático ainda disponha de instrumentos eficazes de repressão e controle institucional, a recorrência e a intensidade das manifestações indicam que sua legitimidade social vem sendo corroída de forma constante. O que antes era sustentado por uma combinação de ideologia religiosa, nacionalismo e medo, hoje enfrenta uma sociedade mais crítica, plural e menos disposta a aceitar imposições autoritárias.

Diferentemente de protestos anteriores, motivados principalmente por crises econômicas, as mobilizações recentes incorporam uma dimensão simbólica e política mais profunda. Questões ligadas às liberdades individuais, especialmente aquelas que afetam as mulheres, tornaram-se centrais. A imposição de códigos de vestimenta e de conduta revela o grau de controle do Estado sobre a vida privada, transformando o cotidiano em um campo de disputa política. Ao desafiar essas normas, as mulheres expõem as contradições de um regime que se apresenta como moralmente legítimo, mas depende da coerção para manter a obediência.

A juventude iraniana também desempenha papel decisivo nesse processo de desgaste. Distante da memória da revolução que fundou o regime e amplamente conectada

ao mundo por meio das redes sociais, essa geração demonstra crescente frustração com a censura, a falta de perspectivas econômicas e o isolamento internacional. A inflação elevada, o desemprego e a deterioração das condições de vida intensificam o sentimento de que o sistema político atual não responde às necessidades reais da população. Assim, o descontentamento econômico se soma à insatisfação política, ampliando o alcance dos protestos.

Apesar da força repressiva do Estado, cada onda de manifestações impõe um custo político crescente ao regime. A violência empregada para conter os protestos, longe de restaurar plenamente a autoridade, contribui para aprofundar o descrédito interno e a crítica internacional. O uso sistemático da força revela não a solidez, mas a fragilidade de um poder que já não consegue se sustentar apenas pelo consenso. Nesse sentido, a repressão funciona como um paliativo que adia, mas não resolve, as tensões estruturais.

Assim, os protestos no Irã devem ser compreendidos menos como eventos isolados e mais como sintomas de um desgaste profundo e contínuo. Ainda que o regime permaneça no poder, sua autoridade moral e política está sendo questionada de forma inédita. O futuro permanece incerto, mas é evidente que o modelo atual enfrenta limites cada vez mais visíveis para se manter intacto diante das transformações sociais em curso.

Opinião do leitor

Amor da mulher

A mulher amada e eterna está em todos os lugares. Caminha invisível com arranjos floridos. A amada deixa luz pelo caminho. Sorrir esbelta e faceira. Beijando anjos com aromas de orquídeas. Despede-se da euforia da noite. Passeando entre nuvens emocionadas. Abraçadas com gotas de amor.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrick.bertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.